

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Subchefia para Assuntos Jurídicos

PARECER SAJ Nº 39/2013 – JARM.

INTERESSADO: Comissão Nacional da Verdade
– PR.

ASSUNTO: Minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a Comissão Nacional da Verdade, visando “a cessão, implementação e suporte do software de gestão e processamento de demandas de Ouvidoria na Comissão Nacional da Verdade”; pela celebração da avença, após o cumprimento das diligências apostas.

NUP.: 00092.000170/2013-35.

Senhor Secretário-Executivo,

I – Relatório.

01. Sob exame desta Subchefia a minuta do acordo de cooperação técnica em epígrafe, que tem como objeto “a cessão, implementação e suporte do software de gestão e processamento de demandas de Ouvidoria na Comissão Nacional da Verdade.”

II – Análise Jurídica.

02. Há de se ter em conta, preliminarmente, que não se encontra no procedimento manifestação da área técnica responsável da Comissão Nacional da Verdade, sobre o tema, de todo imprescindível para perfeita instrução do feito, e



cujo exame, contudo, por se tratar de matéria eminentemente técnica, refoge ao crivo desta Jurídica.

03. Impende consignar, por oportuno, que se trata, na verdade, de um simples acordo de cooperação técnica sem a transferência de quaisquer recursos financeiros entre as partes, conforme previsto na Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros, sendo certo, assim, que certamente cada uma dos partícipes arcará com as despesas de sua responsabilidade, ou através da celebração de instrumentos específicos, quando houver a transferência de recursos financeiros, e que deverão sofrer exame prévio desta Subchefia.

04. Assim, o acordo de cooperação técnica em epígrafe, versa sobre a indicação da vontade dos partícipes trabalharem em conjunto, repise-se, sem a transferência de quaisquer recursos financeiros entre as partes.

III – Conclusão.

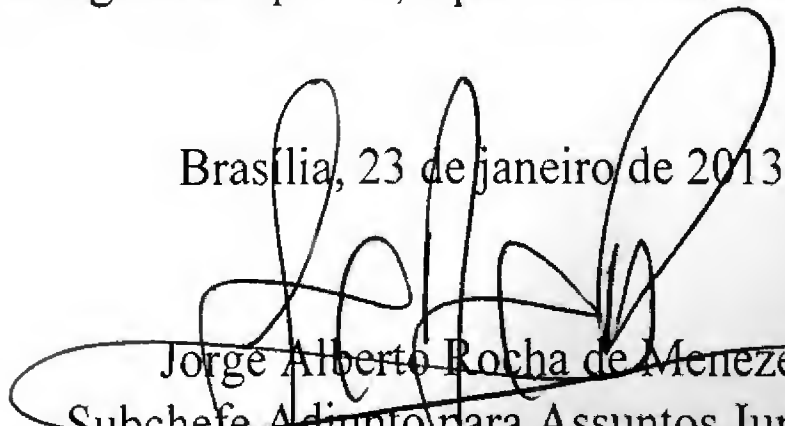
05. Do nosso exame, entendemos que o instrumento apresentado, **no que tange aos aspectos estritamente jurídicos**, está apto a ser firmado pelas partes, pelo que carimbamos e rubricamos a minuta ofertada, devendo, contudo, ser feitas as pequenas correções grafadas à tinta vermelha no documento, apenas para o seu aprimoramento.

06. Informamos, finalmente, que deve ser formalizado o competente processo, com a juntada sequencial de todos os documentos necessários à sua correta instrução, inclusive manifestação técnica, com a conseqüente numeração de todas as suas folhas.

IV – Encaminhamento.

07. Pela devolução do presente procedimento à Comissão Nacional da Verdade, de onde proveio, para conhecimento do posicionamento desta Subchefia, cumprimento das diligências apostas, e posterior celebração da avença.

Brasília, 23 de janeiro de 2013.


Jorge Alberto Rocha de Menezes
Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos
da Casa Civil da Presidência da República



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Memo nº 6 /2013/CNV


Em, 22 de janeiro de 2013

Ao Senhor Subchefe para Assuntos Jurídicos
IVO DA MOTTA AZEVEDO CORRÊA

Assunto: **Minuta de Acordo de Cooperação**

Submetemos para apreciação minuta de Acordo de Cooperação, sem ônus financeiro, a ser assinado com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Atenciosamente,


RICARDO DE LINS E HORTA
Secretário-Executivo



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Comissão Nacional da Verdade



MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº XX, DE XXXXXX

Acordo

Técnico

Termo de Cooperação que entre si celebram o Conselho Nacional do Ministério Público e a Comissão Nacional da Verdade, para cessão e implementação de sistema informatizado de gestão de Ouvidoria, e outras disposições.

Processo na -----

Acordo de Cooperação Técnica nº -----

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com sede no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2, Lote 3, edifício Adail Belmonte, Brasília-DF, CNPJ 26.989.715/0050-90, doravante denominado CNMP, neste ato representado por seu Presidente, Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, e o COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, com sede no Centro Cultural Banco do Brasil - Portaria 3 - 2º andar - SCES, Trecho 2, Lote 22 - Brasília - DF, CNPJ 00.394.411/0001-09, doravante denominado CNV, neste ato representado pelo Coordenador Claudio Lemos Fonteles, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento no art. 3º, inc. II, da Portaria CNMP-PRESI nº 82, de 19 de julho de 2011, e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

ACORDO

DO OBJETO

de Cooperação Técnica

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Acordo tem por objeto a cessão, implementação e suporte do software de gestão e processamento de demandas de Ouvidoria na Comissão Nacional da Verdade.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a consecução do objeto indicado, a CNV compromete-se a:

I - Designar pessoal técnico para definição de requisitos e homologação de funcionalidades e padrões visuais, quando solicitado;

II - Garantir acesso aos recursos de informática para hospedagem do software de gestão de Ouvidoria em servidor próprio com suporte à linguagem PHP e banco de dados MySQL;

III - Difundir o conhecimento técnico e de capacitação do sistema informatizado entre os seus servidores, tanto da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, quanto do setor de Ouvidoria, quanto dos demais setores que venham a utilizar do sistema, realizando

Assinatura
Assinatura
Assinatura



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Comissão Nacional da Verdade

curso de capacitação ou outras formas de replicação do conhecimento;

IV - Não ceder a terceiros o código-fonte ou código-binário de quaisquer das versões do sistema informatizado de gestão de Ouvidoria, sem prévia anuência do CNMP;

V - Divulgar e disponibilizar as correções, atualizações ou melhorias eventualmente realizadas no sistema que possam aprimorar e facilitar o seu uso ao CNMP e às demais unidades do Ministério Público.

CLÁUSULA TERCEIRA - Diante do compromisso assumido pela CNV, o CNMP compromete-se a:

I - Prestar suporte à instalação, à configuração do banco de dados e do próprio sistema de gestão de Ouvidoria nas dependências da CNV;

II - Auxiliar na customização e na manutenção corretiva do sistema informatizado;

III - Ceder à CNV os códigos-fonte e programas necessários à instalação, desenvolvimento e customização do sistema para uso da CNV, inclusive quanto às atualizações realizadas;

IV - Disponibilizar servidores com capacitação nas atividades de engenharia de software, em conformidade com os padrões e técnicas utilizados na manutenção da arquitetura do sistema, visando à realização de treinamento de servidores da CNV nessas tecnologias;

V - Indicar à CNV servidores com capacitação nas atividades de homologação e treinamento para administração e utilização do sistema de gestão de Ouvidoria, visando à realização de treinamento de servidores da CNV nessas atividades.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente ~~Termo~~.

Acordo de Cooperação Técnica

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA - O presente Acordo ~~de Cooperação Técnica~~ não envolve a transferência de recursos. As ações dele resultantes serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Comissão Nacional da Verdade



→ Acordo de Cooperação Técnica
CLÁUSULA SEXTA - Este ~~Termo~~ terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de seis meses, podendo ser prorrogado automaticamente, ~~exceto se houver manifestação expressa em contrário~~, nos termos da lei. *mediante termo aditivo,*

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA SÉTIMA - É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

DA AÇÃO PROMOCIONAL

→ de Cooperação Técnica
CLÁUSULA NONA - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Acordo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos partícipes, observado o disposto no artigo 37, § 1º da Constituição Federal.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

→ de Cooperação Técnica
CLÁUSULA ONZE - Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei n.º 8.666/93, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DOZE - O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNMP.

DO FORO

CLÁUSULA TREZE - Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsia oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

ASSINADO EM
CASA
Publicado em
2014 ALBERTO RODRIGUES DE CARVALHO
Advogado



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Comissão Nacional da Verdade

E, por estarem assim ajustadas, assinam os partícipes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Brasília-DF, de de 2013.

Roberto Monteiro Gurgel Santos
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Claudio Lemos Fonteles
Coordenador da Comissão Nacional da Verdade

[Handwritten signature]

Rubrica

ONCE ALBERTO FOGUEIRA DE ALMEIDA
Advogado



De: Adilson Santana de Carvalho
Enviada em: quinta-feira, 6 de dezembro de 2012 17:23
Para: Ramon Barreto
Assunto: sistema da ouvidoria da CNV

Caro Ramon,

Conforme conversamos por telefone, segue o relato da nossa necessidade.

Estamos estruturando a Ouvidoria da CNV e, a partir de conversas com alguns órgãos públicos, identificamos que o Conselho Nacional do Ministério Público utiliza um sistema de gerenciamento de demandas que poderia ser utilizado pela CNV, caso haja viabilidade técnica. O CNMP se dispõe a firmar com a CNV um termo de parceria em que se compromete a instalar a ferramenta em nosso servidor, customizar de acordo com as necessidades da CNV, treinar o pessoal que utilizará o sistema e prestar suporte técnico.

O sistema a que me refiro é um software de código aberto, disponível no endereço www.hesk.com. O sistema é gratuito, desde que estejamos dispostos a manter no rodapé da página o link acima. A interface com os cidadãos é feita por meio de um formulário, como nesse exemplo ouvidoria.cnmp.gov.br/index.php?a=add e os dados são armazenados em um banco de dados que teria de ser hospedado em nosso servidor.

Pois bem, o problema que temos é que a nossa nova página está sendo desenvolvida e será hospedada pelo MEC e, segundo os técnicos de lá, as normas internas do MEC não permitem que o sistema, por ter sido desenvolvido fora da TI de lá, possa ser hospedado no servidor que hospedará a página da CNV.

Por essa razão, pergunto se é possível que o servidor da Presidência hospede o sistema e o banco de dados. Como sua equipe poderá constatar pela visita aos links acima, trata-se de uma ferramenta em php e que requer também Mysql.

Bem, Ramon, é isso. Qualquer dúvida, sintam-se à vontade para entrar em contato.

Abraço,

Adilson Santana de Carvalho

Ouvidor da Comissão Nacional da Verdade
Centro Cultural Banco do Brasil – Portaria 3 – 2º andar – sala 235
SCES, Trecho 2, Lote 22 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3313-7314

Felipe Taufik Daud

De: Ricardo de Lins e Horta
Enviado em: quinta-feira, 24 de janeiro de 2013 16:29
Para: Felipe Taufik Daud
Cc: Lucas Freire Silva
Assunto: CNV: Sistema da ouvidoria
Anexos: minuta termo de cooperação com CNMP - versão para SAJ.doc

Caro Daud,

Como eu havia lhe dito, o termo de cooperação foi acertado com a DITEC (ex-DIRTI) a quem caberiam as obrigações de TI. O acordo não envolve transferência de recursos, e está ok com o CNMP. Isso é prioritário para nós, uma vez que nosso novo site deve entrar no ar nas próximas semanas, e esse sistema necessita já estar em funcionamento.

Ats.,

Ricardo de Lins e Horta
Secretário-Executivo
Comissão Nacional da Verdade
Tel.: (61) 3313-7314

De: Adilson Santana de Carvalho
Enviada em: segunda-feira, 21 de janeiro de 2013 16:40
Para: Ramon Barreto; Lucas Freire Silva
Cc: Ricardo de Lins e Horta
Assunto: RES: Re: Fw: RES: sistema da ouvidoria da CNV

Prezado Ramon,

Após conversa com o CNMP, concordamos em excluir o item referido. Segue a nova versão do Termo, para sua avaliação.

Atenciosamente,

Adilson Carvalho,

De: Ramon Eduardo Barros Barreto [mailto:ramon.barreto@planalto.gov.br]
Enviada em: terça-feira, 15 de janeiro de 2013 14:12
Para: Adilson Santana de Carvalho; Lucas Freire Silva
Assunto: Fw: Re: Fw: RES: sistema da ouvidoria da CNV

Prezado Adilson,
Para seu conhecimento.
Abraço.

Ramon Eduardo Barros Barreto
Coordenador-Geral de Atendimento a Usuários
COATE/DIRTI/SA/SG/PR
Palácio do Planalto Anexo IV sala 03

CEP 70150-900 Brasília DF
Fone: (61) 3411-3423
Fax: (61) 3321-8029

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Rogerio Werneck Rodrigues" <rogerio.werneck@planalto.gov.br>
Data: 15/01/2013 14:08 (agora)
Assunto: Re: Fw: RES: sistema da ouvidoria da CNV
Para: "Ramon Eduardo Barros Barreto" <ramon.barreto@planalto.gov.br>
Caro Ramon,

Alerto para o item III da cláusula segunda, que diz sobre a responsabilidade da CNV em efetuar manutenções na ferramenta.
Atualmente a CODES não tem condições de efetuar tais manutenções.

Atenciosamente,

Rogério Werneck

Em 10/12/2012 às 17:06 horas, "Ramon Eduardo Barros Barreto" <ramon.barreto@planalto.gov.br> escreveu:

Prezados Marco Rosa e Rogerio Werneck,
Solicito por favor resposta do email anterior.
Abraço.

Ramon Eduardo Barros Barreto
Coordenador-Geral de Atendimento a Usuários
COATE/DIRTI/SA/SG/PR
Palácio do Planalto Anexo IV sala 03
CEP 70150-900 Brasília DF
Fone: (61) 3411-3423
Fax: (61) 3321-8029

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Adilson Santana de Carvalho" <adilson.carvalho@cnv.presidencia.gov.br>
Data: 10/12/2012 16:53 (agora)
Assunto: RES: sistema da ouvidoria da CNV
Para: "Ramon Barreto" <ramon.barreto@planalto.gov.br>
Com Cópia: "Lucas Freire Silva" <lucas.freire@cnv.presidencia.gov.br>

Caro Ramon,

A pedido do Lucas Freire, nosso secretário executivo substituto, ele está sendo copiado nesta e em nossas futuras mensagens sobre esse tema. Assim, caso tenha alguma novidade sobre nosso pedido, peço que também o copie.

Att,

Adilson



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE



Termo de Autuação

Autua-se o documento registrado sob o nº 00092.000170/2013-35 para formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a Comissão Nacional da Verdade.

Brasília, 06 de fevereiro de 2013.

THIAGO BATISTA DE MOURA
Arquivista/CNV



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

DESPACHO

Encaminha-se à Secretaria-Executiva da Comissão Nacional da Verdade para análise e prosseguimento.

Brasília, 06 de fevereiro de 2013.

THIAGO BATISTA DE MOURA
Arquivista/CNV

Ao servidor Adilson Santana Carvalho,
para formalização da Nota Técnica
quanto ao mérito do Acordo de
Cooperação.

06/02/13

Ricardo de Lins e Horta
Secretário-Executivo
Comissão Nacional da Verdade



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 3
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Nota Técnica 01/2013

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica com Conselho Nacional do Ministério Público

NUP: 000 92 . 000 170 / 2013 - 35

1. Introdução

Desde a sua instalação, em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade tem trabalhado para estruturar a área de Ouvidoria, que tem por finalidade receber informações e contribuições dos cidadãos que possam ser úteis aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, além de facilitar ao cidadão o acesso às informações de seu interesse no âmbito da CNV.

O gerenciamento das demandas recebidas pela Ouvidoria precisa ser feito com agilidade, a fim de que nenhuma demanda fique sem resposta e o atendimento aos cidadãos seja realizado em prazo razoável, o que requer um sistema informatizado de gerenciamento de demandas.

2. Relatório

O Conselho Nacional do Ministério Público utiliza há mais de dois anos sistema informatizado de gerenciamento de demandas em sua Ouvidoria e dispõe-se a ceder a tecnologia e treinamento aos servidores da Comissão Nacional da Verdade para a utilização do sistema, sem ônus para qualquer das partes, mediante assinatura acordo de cooperação técnica.

Em razão do exíguo prazo que tem a CNV para a realização de sua missão institucional, a aquisição de sistema informatizado semelhante ao utilizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público no mercado mostra-se uma alternativa pouco viável, uma vez que a formulação do pedido, a realização do processo licitatório, a implantação e os testes do novo sistema levaria alguns meses.

Nesse contexto, a utilização de um sistema de gerenciamento de demandas já testado na Ouvidoria do CNMP mostra-se uma alternativa adequada à CNV, na medida em que atende de imediato a necessidade da Ouvidoria e sem a utilização de recursos financeiros.

Apesar de as necessidades da Ouvidoria da CNV não serem exatamente as mesmas da Ouvidoria do CNMP, é importante considerar que o sistema de gerenciamento é customizável e poderá ser adaptado às peculiaridades da Ouvidoria da CNV.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 3
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

3. Conclusão

Pelo exposto, considero adequada a assinatura de acordo de cooperação com o Conselho Nacional do Ministério Público para cessão e implementação do sistema informatizado de gestão de Ouvidoria.

Brasília, 7 de fevereiro de 2013.

Adilson Santana de Carvalho

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

De acordo.

Brasília, 7 de fevereiro de 2013.

Ricardo de Lins e Horta

Secretário-Executivo